

## ANEXO I – Maiores operações com recursos do FNE – 2020

	UF	NM_MUN	PRODUTO	PORTE_S400	SETOR_INTERESSE_FNE	QTD	VALOR_CTR	TIPO_PESSOA
1	RN	SERRA DO MEL	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	4	573.623.000	PESSOA JURÍDICA
2	PI	DOM INOCENCIO	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	MICROEMPRESA	Infraestrutura	4	439.315.716	PESSOA JURÍDICA
3	BA	IBIPEBA	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	5	428.919.164	PESSOA JURÍDICA
4	CE	TRAIRI	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	5	285.590.000	PESSOA JURÍDICA
5	RN	SERRA DO MEL	Geração de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	284.808.000	PESSOA JURÍDICA
6	BA	OLINDINA	Transmissão de energia elétrica	MEDIO II	Infraestrutura	1	269.718.128	PESSOA JURÍDICA
7	BA	UIBAI	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	2	266.797.684	PESSOA JURÍDICA
8	CE	LIMOEIRO DO NORTE	Geração de energia elétrica de origem solar	MEDIO II	Infraestrutura	5	249.048.950	PESSOA JURÍDICA
9	BA	CANUDOS	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	2	246.000.607	PESSOA JURÍDICA
10	BA	SOUTO SOARES	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	2	232.614.333	PESSOA JURÍDICA
11	MA	SAO LUIS	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	226.119.867	PESSOA JURÍDICA
12	PE	ITAPISSUMA	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	GRANDE	Industria	1	214.462.336	PESSOA JURÍDICA
13	PB	COREMAS	Geração de energia elétrica de origem solar	MEDIO II	Infraestrutura	3	204.188.006	PESSOA JURÍDICA
14	CE	CAUCAIA	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	201.288.167	PESSOA JURÍDICA
15	CE	TABULEIRO DO NORTE	Geração de energia elétrica de origem solar	MEDIO II	Infraestrutura	4	199.239.160	PESSOA JURÍDICA
16	PE	SAO JOSE DO BELMONTE	Geração de energia elétrica de origem solar	MEDIO I	Infraestrutura	2	192.195.104	PESSOA JURÍDICA
17	BA	IRAQUARA	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	2	187.722.845	PESSOA JURÍDICA
18	BA	UIBAI	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	1	183.733.568	PESSOA JURÍDICA
19	BA	IBIPEBA	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	2	183.273.552	PESSOA JURÍDICA
20	MA	ALCANTARA	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	164.029.272	PESSOA JURÍDICA
21	CE	FORTALEZA	Construção de Esgoto, inclusive interceptores	GRANDE	Infraestrutura	1	161.921.906	PESSOA JURÍDICA
22	BA	FEIRA DE SANTANA	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	161.041.627	PESSOA JURÍDICA

23	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	Distribuição de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	142.323.613	PESSOA JURÍDICA
24	RN	TOUROS	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	MEDIO II	Infraestrutura	3	132.153.000	PESSOA JURÍDICA
25	PI	DOM INOCENCIO	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	MEDIO I	Infraestrutura	1	108.336.271	PESSOA JURÍDICA
26	PI	DOM INOCENCIO	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	1	105.156.805	PESSOA JURÍDICA
27	PB	CAMPINA GRANDE	Distribuição de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	91.717.707	PESSOA JURÍDICA
28	PE	IPOJUCA	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	MEDIO II	Turismo	1	87.000.000	PESSOA JURÍDICA
29	CE	CAUCAIA	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos	GRANDE	Industria	1	86.626.678	PESSOA JURÍDICA
30	RN	SERRA DO MEL	Prod.Distrib. Energia Elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	77.819.379	PESSOA JURÍDICA
31	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Algodão	MEDIO II	Agricultura	7	73.856.220	PESSOA FÍSICA
32	BA	SAO DESIDERIO	Algodão	MEDIO I	Agricultura	7	66.443.290	PESSOA FÍSICA
33	PB	COREMAS	Geração de energia elétrica de origem solar	PEQUENO-MEDIO	Infraestrutura	1	66.347.026	PESSOA JURÍDICA
34	MG	SAO JOAO DA PONTE	Bovinocultura	GRANDE	Pecuaría	2	66.118.604	PESSOA JURÍDICA
35	PI	DOM INOCENCIO	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	PEQUENO	Infraestrutura	1	62.298.326	PESSOA JURÍDICA
36	MA	SAO LUIS	Armazéns gerais - emissão de warrant	MEDIO II	Infraestrutura	1	61.687.248	PESSOA JURÍDICA
37	CE	TRAIRI	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	1	59.498.000	PESSOA JURÍDICA
38	CE	PACOTI	Construção de Esgoto, inclusive interceptores	GRANDE	Infraestrutura	1	55.673.923	PESSOA JURÍDICA
39	PI	RIBEIRO GONCALVES	Soja	MEDIO II	Agricultura	1	54.869.373	PESSOA JURÍDICA
40	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	MEDIO I	Comercio e Serviços	1	54.016.060	PESSOA JURÍDICA
41	PI	SIMÕES	Transmissão de energia elétrica	MEDIO I	Infraestrutura	1	49.567.254	PESSOA JURÍDICA
42	BA	SALVADOR	Hipermercados (merc.em geral, com predomínio de prod.aliment)	GRANDE	Comercio e Serviços	1	49.157.826	PESSOA JURÍDICA
43	BA	SALVADOR	Organização logística do transporte de carga	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	48.926.715	PESSOA JURÍDICA
44	BA	SIMÕES FILHO	Fab. Refrigerantes e Refrescos	GRANDE	Industria	2	48.026.651	PESSOA JURÍDICA
45	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	15	46.585.743	PESSOA FÍSICA
46	AL	CORURIBE	Cana-de-Açúcar	GRANDE	Agricultura	2	44.230.087	PESSOA JURÍDICA

47	MA	PORTO FRANCO	Transmissão de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	43.529.494	PESSOA JURÍDICA
48	PI	SEBASTIAO LEAL	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	MEDIO II	Agricultura	2	40.821.252	PESSOA FÍSICA
49	SE	ESTANCIA	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	GRANDE	Agroindústria	1	40.000.000	PESSOA JURÍDICA
50	MA	SAO LUIS	Prod.Distrib. Energia Elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	40.000.000	PESSOA JURÍDICA
51	CE	FORTALEZA	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	GRANDE	Comercio e Serviços	1	39.996.000	PESSOA JURÍDICA
52	BA	FEIRA DE SANTANA	Transmissão de energia elétrica	MEDIO I	Infraestrutura	1	39.303.583	PESSOA JURÍDICA
53	BA	SOBRADINHO	Geração de energia elétrica de origem eólica (vento)	GRANDE	Infraestrutura	1	37.977.504	PESSOA JURÍDICA
54	BA	SALVADOR	Ativ. atendim. hospitalar, exceto pronto-socorro e unid. p/atendim. a urgências	MEDIO II	Comercio e Serviços	1	36.000.000	PESSOA JURÍDICA
55	PE	IGARASSU	Fab. de outras peças e acessórios para veículos aut. não esp. anteriormente	MEDIO II	Industria	1	35.276.400	PESSOA JURÍDICA
56	MA	ACAILANDIA	Produção de ferro-gusa	GRANDE	Industria	1	32.000.000	PESSOA JURÍDICA
57	MA	SAMBAIBA	Fab. Rações e Alimentos Preparados p/ Animais	GRANDE	Agricultura	1	30.142.263	PESSOA JURÍDICA
58	CE	MARACANAU	Tecelagem	GRANDE	Industria	1	30.099.100	PESSOA JURÍDICA
59	PE	TAMANDARE	Parques de diversão e parques temáticos	MEDIO I	Turismo	1	29.999.877	PESSOA JURÍDICA
60	PB	CABEDELO	Depósitos de mercad. para terceiros, exceto armaz. gerais e guarda-móveis	MEDIO I	Comercio e Serviços	1	29.491.587	PESSOA JURÍDICA
61	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Criação de bovinos para corte	MEDIO I	Agricultura	3	29.163.552	PESSOA FÍSICA
62	PI	TERESINA	Distribuição de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	29.074.555	PESSOA JURÍDICA
63	MA	SAO LUIS	Atividades do Operador Portuário	GRANDE	Infraestrutura	1	27.705.378	PESSOA JURÍDICA
64	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Soja	PEQUENO	Agricultura	29	26.763.068	PESSOA FÍSICA
65	BA	SAO DESIDERIO	Soja	MEDIO I	Agricultura	10	26.612.200	PESSOA FÍSICA
66	MA	SAO LUIS	Com. atac. mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	GRANDE	Comercio e Serviços	2	26.160.000	PESSOA JURÍDICA
67	BA	COCOS	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	1	26.019.552	PESSOA JURÍDICA
68	BA	SALVADOR	Serv. de diagnóstico por imagem s/ uso de radiação ioniz., exceto ress. magnética	MEDIO I	Comercio e Serviços	1	25.343.950	PESSOA JURÍDICA
69	PE	GARANHUNS	Comércio varejista de materiais de construção em geral	GRANDE	Comercio e Serviços	1	25.200.000	PESSOA JURÍDICA

70	BA	CAMACARI	Fab. Intermediários p/ plastificantes, resinas e fibras	GRANDE	Industria	1	25.000.000	PESSOA JURÍDICA
71	BA	CAMACARI	Fab. Resinas Termoplásticas	GRANDE	Industria	1	25.000.000	PESSOA JURÍDICA
72	BA	JABORANDI	Soja	MEDIO I	Agricultura	6	24.428.433	PESSOA FÍSICA
73	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	24.104.815	PESSOA JURÍDICA
74	BA	CAMACARI	Depósitos de mercad. para terceiros, exceto armaz. gerais e guarda-móveis	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	24.000.000	PESSOA JURÍDICA
75	MG	PIRAPORA	Metalurgia metais não-ferrosos e ligas, não especificados anteriormente	GRANDE	Industria	1	24.000.000	PESSOA JURÍDICA
76	BA	IRAQUARA	Fab. óleos, gorduras, ceras origem vegetal/animal, em bruto	GRANDE	Agroindústria	1	23.600.000	PESSOA JURÍDICA
77	ES	COLATINA	Abate, Proces. Benef. Carnes de Bovinos, Suínos, Ovinos, Caprinos, Equinos	GRANDE	Agroindústria	1	23.580.000	PESSOA JURÍDICA
78	BA	CORRENTINA	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	10	23.535.316	PESSOA FÍSICA
79	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	23.533.097	PESSOA JURÍDICA
80	PI	GILBUES	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	3	23.222.953	PESSOA FÍSICA
81	AL	MARECHAL DEODORO	Azulejos	GRANDE	Industria	1	23.100.000	PESSOA JURÍDICA
82	BA	SAO DESIDERIO	Soja	MEDIO I	Agricultura	3	23.013.856	PESSOA FÍSICA
83	MA	SAO LUIS	Com. Var. mercadorias em geral, com pred. prod. alim.-minimer, merc. e armaz.	GRANDE	Comercio e Serviços	2	22.620.000	PESSOA JURÍDICA
84	BA	CORRENTINA	Soja	MEDIO I	Agricultura	7	22.609.575	PESSOA FÍSICA
85	ES	LINHARES	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	GRANDE	Comercio e Serviços	1	22.500.000	PESSOA JURÍDICA
86	SE	LAGARTO	Fab. Massas Alimentícias	GRANDE	Industria	1	22.500.000	PESSOA JURÍDICA
87	BA	JUAZEIRO	Usina de Álcool	GRANDE	Agricultura	1	22.451.468	PESSOA JURÍDICA
88	RN	NATAL	Supermercados (merc. em geral, com predomínio de prod. alimentícios, com a	GRANDE	Comercio e Serviços	1	22.292.593	PESSOA JURÍDICA
89	BA	SALVADOR	Comércio atacadista de artigos de armarinho	GRANDE	Comercio e Serviços	1	22.220.000	PESSOA JURÍDICA
90	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Soja	MEDIO II	Agricultura	3	22.068.060	PESSOA JURÍDICA
91	BA	TERRA NOVA	Transmissão de energia elétrica	MEDIO I	Infraestrutura	1	21.974.628	PESSOA JURÍDICA

92	BA	ITAPETINGA	Fab. Calçados de Couro	GRANDE	Industria	1	21.600.000	PESSOA JURÍDICA
93	CE	HORIZONTE	Fab. Tennis, de qualquer material	GRANDE	Industria	1	21.600.000	PESSOA JURÍDICA
94	BA	MUCUGE	Uva	MEDIO II	Agricultura	1	21.464.270	PESSOA JURÍDICA
95	PI	TERESINA	Moagem de Trigo, Fab. Derivados do Trigo em grão	GRANDE	Agroindustria	1	21.233.259	PESSOA JURÍDICA
96	PE	LAGOA DE ITAENGA	Usina de Açúcar	GRANDE	Agroindustria	2	21.000.000	PESSOA JURÍDICA
97	PE	CONDADO	Cana-de-Açúcar	GRANDE	Agricultura	1	20.896.838	PESSOA JURÍDICA
98	SE	BARRA DOS COQUEIROS	Transmissão de energia elétrica	MEDIO II	Infraestrutura	1	20.303.660	PESSOA JURÍDICA
99	CE	TRAIRI	Alug. de outras máq. e equip. com. e ind. não especif. anterior., s/ operador	PEQUENO	Comercio e Serviços	5	20.259.551	PESSOA JURÍDICA
100	MA	BALSAS	Comércio atacadista de soja	GRANDE	Comercio e Serviços	1	20.251.952	PESSOA JURÍDICA
101	CE	CAUCAIA	Fab. Geradores de corrente continua ou alternada	GRANDE	Industria	1	20.000.000	PESSOA JURÍDICA
102	AL	MACEIO	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	MEDIO I	Turismo	1	19.316.396	PESSOA JURÍDICA
103	MA	CHAPADINHA	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	19.238.653	PESSOA JURÍDICA
104	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Soja	MEDIO I	Agricultura	6	18.434.767	PESSOA FÍSICA
105	MA	AFONSO CUNHA	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	18.395.000	PESSOA JURÍDICA
106	PB	ALHANDRA	Equipamentos de informática partes e peças	GRANDE	Comercio e Serviços	1	18.360.000	PESSOA JURÍDICA
107	PE	BONITO	Fab. Embalagens de Papel	MEDIO I	Industria	1	18.318.983	PESSOA JURÍDICA
108	MG	MONTES CLAROS	Café	MEDIO II	Industria	1	18.305.849	PESSOA JURÍDICA
109	CE	CAUCAIA	Cimento	GRANDE	Industria	1	18.103.120	PESSOA JURÍDICA
110	CE	AQUIRAZ	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	GRANDE	Comercio e Serviços	1	18.000.000	PESSOA JURÍDICA
111	CE	IGUATU	Com. Varejo, maq., aparelhos e equip. elétricos, eletrônico de uso dom. e pessoal	GRANDE	Comercio e Serviços	1	18.000.000	PESSOA JURÍDICA
112	PI	TERESINA	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano	GRANDE	Comercio e Serviços	1	18.000.000	PESSOA JURÍDICA
113	SE	ESTANCIA	Fab. Vasilhames de Vidro	MEDIO I	Industria	2	18.000.000	PESSOA JURÍDICA
114	PI	REGENERACAO	Soja	MEDIO I	Agricultura	2	17.745.520	PESSOA JURÍDICA

115	MA	SAO LUIS	Com. atac. mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	GRANDE	Comercio e Serviços	1	17.723.249	PESSOA JURÍDICA
116	PB	JOAO PESSOA	Construções de Edifícios	PEQUENO-MEDIO	Industria	1	17.524.624	PESSOA JURÍDICA
117	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Soja	MEDIO I	Agricultura	2	17.433.117	PESSOA FÍSICA
118	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	Soja	MEDIO II	Agricultura	2	17.340.185	PESSOA FÍSICA
119	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	Cana-de-Açúcar	MEDIO II	Agricultura	1	17.261.465	PESSOA JURÍDICA
120	PB	SANTA RITA	Usina de Álcool	MEDIO II	Agroindústria	1	16.985.572	PESSOA JURÍDICA
121	CE	JUAZEIRO DO NORTE	Ensino fundamental	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	16.958.144	PESSOA JURÍDICA
122	MG	JEQUITAI	Bovinocultura	GRANDE	Pecuária	1	16.854.080	PESSOA JURÍDICA
123	BA	SAO DESIDERIO	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	11	16.577.268	PESSOA FÍSICA
124	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	1	16.532.530	PESSOA FÍSICA
125	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	Soja	PEQUENO	Agricultura	14	16.437.444	PESSOA FÍSICA
126	MA	IMPERATRIZ	Transmissão de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	16.376.388	PESSOA JURÍDICA
127	BA	SAO DESIDERIO	Milho	MEDIO I	Agricultura	7	16.013.150	PESSOA FÍSICA
128	AL	MARECHAL DEODORO	Fabricação de azulejos e pisos	GRANDE	Industria	1	16.000.000	PESSOA JURÍDICA
129	RN	PARNAMIRIM	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	GRANDE	Comercio e Serviços	1	15.792.896	PESSOA JURÍDICA
130	PI	URUCUI	Soja	MEDIO I	Agricultura	3	15.613.457	PESSOA FÍSICA
131	PE	CONDADO	Cana-de-Açúcar	GRANDE	Agricultura	1	15.375.785	PESSOA JURÍDICA
132	CE	FORTALEZA	Roupas/agasalhos e peças vestuário	CREDIAMIGO	Comercio e Serviços	768	15.307.851	PESSOA FÍSICA
133	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	Bovinocultura recria e engorda Extensiva	MEDIO I	Pecuária	1	15.200.000	PESSOA FÍSICA
134	PI	URUCUI	Soja	MEDIO II	Agricultura	1	15.191.458	PESSOA FÍSICA
135	PI	REGENERACAO	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	15.082.725	PESSOA JURÍDICA
136	MG	JANAUBA	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	14.957.131	PESSOA JURÍDICA

137	CE	BARBALHA	Fab. Medicamentos	GRANDE	Industria	1	14.400.000	PESSOA JURÍDICA
138	PE	LAGOA DE ITAENGA	Usina de Açúcar	GRANDE	Agroindústria	2	14.400.000	PESSOA JURÍDICA
139	BA	SALVADOR	Hipermercados (merc.em geral,com predomínio de prod.aliment., com area de	GRANDE	Comercio e Serviços	3	13.857.324	PESSOA JURÍDICA
140	CE	QUIXERE	Cimento	GRANDE	Industria	1	13.813.648	PESSOA JURÍDICA
141	BA	CORRENTINA	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	9	13.689.039	PESSOA FÍSICA
142	BA	SALVADOR	Veículos novos e usados	GRANDE	Comercio e Serviços	2	13.500.000	PESSOA JURÍDICA
143	PE	IPOJUCA	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	MEDIO II	Turismo	1	13.500.000	PESSOA JURÍDICA
144	BA	SAO DESIDERIO	Maq./Apar/Materiais p/agricultura, avicultura	GRANDE	Comercio e Serviços	1	13.494.429	PESSOA JURÍDICA
145	SE	LARANJEIRAS	Cana-de-Açúcar	GRANDE	Agricultura	1	13.207.018	PESSOA JURÍDICA
146	BA	JABORANDI	Algodão	MEDIO I	Agricultura	1	13.060.250	PESSOA FÍSICA
147	PE	IGARASSU	Usina de Açúcar	MEDIO II	Agroindústria	1	13.000.000	PESSOA JURÍDICA
148	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	Cana-de-Açúcar	MEDIO II	Agricultura	1	12.860.411	PESSOA JURÍDICA
149	BA	SAO DESIDERIO	Soja	PEQUENO-MEDIO	Agricultura	2	12.797.019	PESSOA FÍSICA
150	BA	JABORANDI	Algodão	MEDIO I	Agricultura	1	12.776.364	PESSOA FÍSICA
151	PE	ITAMBE	Cana-de-Açúcar	GRANDE	Agricultura	1	12.749.989	PESSOA JURÍDICA
152	CE	QUIXERE	Alug. de outras máq. e equip. com. e ind. não especif. anterior., s/ operador	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	12.570.676	PESSOA JURÍDICA
153	PE	ARARIPINA	Educação superior - graduação e pós-graduação	MEDIO PORTE	Comercio e Serviços	1	12.457.925	PESSOA JURÍDICA
154	PI	SEBASTIAO LEAL	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	12.283.306	PESSOA FÍSICA
155	PB	MAMANGUAPE	Cana-de-Açúcar	MEDIO II	Agricultura	1	12.165.897	PESSOA JURÍDICA
156	BA	JUAZEIRO	Refino e Moagem de Açúcar	GRANDE	Agroindústria	1	12.000.000	PESSOA JURÍDICA
157	PE	RECIFE	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	GRANDE	Industria	1	11.700.000	PESSOA JURÍDICA
158	BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	Soja	PEQUENO	Agricultura	9	11.423.100	PESSOA FÍSICA
159	MA	ACAILANDIA	Com. Var. mercadorias em geral, com pred. prod. alim.-minimer, merc. e armaz.	GRANDE	Comercio e Serviços	1	11.349.552	PESSOA JURÍDICA

160	PE	PETROLINA	Uva	PEQUENO	Agricultura	25	11.299.191	PESSOA FÍSICA
161	BA	ESPLANADA	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	MEDIO I	Turismo	1	11.265.966	PESSOA JURÍDICA
162	PB	CABEDELO	Café	GRANDE	Industria	1	11.237.513	PESSOA JURÍDICA
163	CE	FORTALEZA	Bovinocultura	GRANDE	Agroindústria	1	11.040.000	PESSOA JURÍDICA
164	MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	11.000.340	PESSOA FÍSICA
165	BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	Soja	PEQUENO	Agricultura	9	10.969.524	PESSOA FÍSICA
166	PB	SANTA RITA	Refino e Moagem de Açúcar	MEDIO II	Agroindústria	2	10.800.000	PESSOA JURÍDICA
167	PE	IPOJUCA	Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	MEDIO I	Turismo	7	10.769.400	PESSOA JURÍDICA
168	PE	IPOJUCA	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	GRANDE	Industria	1	10.725.005	PESSOA JURÍDICA
169	PE	GARANHUNS	Avicultura	GRANDE	Pecuária	2	10.644.480	PESSOA JURÍDICA
170	BA	CORRENTINA	Soja	MEDIO I	Agricultura	4	10.590.023	PESSOA FÍSICA
171	MG	FORMOSO	Soja	PEQUENO	Agricultura	19	10.542.097	PESSOA FÍSICA
172	CE	FORTALEZA	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano	MEDIO I	Comercio e Serviços	7	10.356.000	PESSOA JURÍDICA
173	BA	CORRENTINA	Algodão	MEDIO I	Agricultura	2	10.348.920	PESSOA FÍSICA
174	BA	FEIRA DE SANTANA	Transp. rodov. de carga, exc prod. perig. e mud., interm., interest. e intern.	PEQUENO-MEDIO	Comercio e Serviços	1	10.335.537	PESSOA JURÍDICA
175	PE	RECIFE	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	MEDIO II	Comercio e Serviços	3	10.210.000	PESSOA JURÍDICA
176	CE	ITAPIPOCA	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	MEDIO I	Comercio e Serviços	1	10.003.736	PESSOA JURÍDICA



## Anexo II – Maiores operações com recursos do FNE no Maranhão – 2020

Operações contratadas no Maranhão com valor acima de R\$ milhões - 2020						
MUNICÍPIO	PRODUTO	PORTE	SETOR	QTD	VALOR	tipo de pessoa
SAO LUIS	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	226.119.867	PESSOA JURÍDICA
ALCANTARA	Telefonia móvel celular	GRANDE	Infraestrutura	1	164.029.272	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Armazéns gerais - emissão de warrant	MEDIO II	Infraestrutura	1	61.687.248	PESSOA JURÍDICA
PORTO FRANCO	Transmissão de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	43.529.494	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Prod.Distrib.Energia Eletrica	GRANDE	Infraestrutura	1	40.000.000	PESSOA JURÍDICA
ACAILANDIA	Produção de ferro-gusa	GRANDE	Industria	1	32.000.000	PESSOA JURÍDICA
SAMBAIBA	Fab.Racoes e Alimentos Preparados p/ Animais	GRANDE	Agricultura	1	30.142.263	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Atividades do Operador Portuário	GRANDE	Infraestrutura	1	27.705.378	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Com. atac. mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	GRANDE	Comercio e Serviços	2	26.160.000	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Com. Var. mercadorias em geral, com pred. prod. alim.-minimer, merc. e armaz.	GRANDE	Comercio e Serviços	2	22.620.000	PESSOA JURÍDICA
BALSAS	Comércio atacadista de soja	GRANDE	Comercio e Serviços	1	20.251.952	PESSOA JURÍDICA
CHAPADINHA	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	19.238.653	PESSOA JURÍDICA
AFONSO CUNHA	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	18.395.000	PESSOA JURÍDICA
SAO LUIS	Com. atac. mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	GRANDE	Comercio e Serviços	1	17.723.249	PESSOA JURÍDICA
IMPERATRIZ	Transmissão de energia elétrica	GRANDE	Infraestrutura	1	16.376.388	PESSOA JURÍDICA
ACAILANDIA	Com. Var. mercadorias em geral, com pred. prod. alim.-minimer, merc. e armaz.	GRANDE	Comercio e Serviços	1	11.349.552	PESSOA JURÍDICA
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	Soja	MEDIO I	Agricultura	1	11.000.340	PESSOA FÍSICA
				TOTAL	788.328.655	

**Anexo III – Os 50 maiores tomadores de recursos do BNDES – R\$ – 2019/20**

<b>Tomador de recursos</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Total</b>	<b>Financiamentos</b>	<b>Renda Variável</b>
YABORA INDUSTRIA AERONAUTICA S.A	30657250000160	5.004.661.032,00	5.004.661.032,00	0
UTE GNA II GERACAO DE ENERGIA S.A.	23514652000140	3.930.000.000,00	3.930.000.000,00	0
CONCESSIONARIA DE RODOVIAS PIRACICABA PANORAMA S.A.	36146575000164	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00	0
KLABIN S.A.	89637490000145	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00	0
MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	24176892000144	2.763.868.000,00	2.763.868.000,00	0
CAMARA DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA ELETRICA - CCEE	03034433000156	2.653.720.344,00	2.653.720.344,00	0
MARLIM AZUL ENERGIA S.A.	29884534000100	2.060.258.660,00	2.060.258.660,00	0
COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS	61856571000117	2.000.000.000,00	2.000.000.000,00	0
EMBRAER S.A.	07689002000189	1.896.687.503,94	1.896.687.503,94	0
CHIMARRAO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	32398119000150	1.760.000.000,00	1.760.000.000,00	0
NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	29411968000192	1.710.000.000,00	1.710.000.000,00	0
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	15139629000194	1.596.733.000,00	1.596.733.000,00	0
RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	02016440000162	1.485.619.500,00	1.485.619.500,00	0
GRALHA AZUL TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	27093940000129	1.480.617.000,00	1.480.617.000,00	0
COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	33050196000188	1.315.507.300,00	1.315.507.300,00	0
CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A	32161500000100	1.235.198.000,00	1.235.198.000,00	0
SUZANO S.A.	16404287000155	1.185.780.000,00	1.185.780.000,00	0
EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	06840748000189	1.046.097.000,00	1.046.097.000,00	0
ECO135 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.	30265100000100	996.350.000,00	996.350.000,00	0
TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.	26885182000119	826.000.000,00	826.000.000,00	0
EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.	26845393000128	822.560.000,00	822.560.000,00	0
NEOENERGIA JALAPAO TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	28443567000151	777.690.000,00	777.690.000,00	0
EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	12272084000100	776.274.600,00	776.274.600,00	0
MINERACAO DARDANELOS LTDA.	03686720000140	750.000.000,00	750.000.000,00	0
MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	06020318000110	738.074.657,87	738.074.657,87	0

COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	10835932000108	716.252.000,00	716.252.000,00	0
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.	23776376000198	699.000.000,00	699.000.000,00	0
ELEKTRO REDES S.A.	02328280000197	687.355.000,00	687.355.000,00	0
GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	26896005000138	671.000.000,00	671.000.000,00	0
DIAMANTINA EOLICA PARTICIPACOES S.A.	21408723000102	663.962.563,00	663.962.563,00	0
AEROPORTOS DO SUDESTE DO BRASIL S.A.	33402939000131	550.000.000,00	550.000.000,00	0
TRANSMARONI TRANSPORTES BRASIL RODOVIARIOS LTDA	03831403000170	486.215.344,77	486.215.344,77	0
ARGO III TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	27847022000148	465.000.000,00	465.000.000,00	0
COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	04370282000170	432.112.000,00	432.112.000,00	0
COMPANHIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	04172213000151	424.487.900,00	424.487.900,00	0
EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A.	26845173000102	419.082.000,00	419.082.000,00	0
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	09336431000106	410.916.860,00	410.916.860,00	0
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	75904383000121	398.235.436,00	398.235.436,00	0,00
COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	08324196000181	387.554.000,00	387.554.000,00	0
NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	27847973000117	375.000.000,00	375.000.000,00	0
NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	28443625000147	368.978.000,00	368.978.000,00	0
BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA	49475833000106	354.734.313,00	354.734.313,00	0
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83305235000119	353.174.493,00	353.174.493,00	0
INDUSTRIAS ROMI S A	56720428000163	337.005.959,63	337.005.959,63	0
SOL DO SERTAO OB II ENERGIA SOLAR LTDA	31534389000189	328.988.000,00	328.988.000,00	0
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	61409892000173	326.223.000,00	326.223.000,00	0
SOL DO SERTAO OB I ENERGIA SOLAR LTDA.	31533486000157	313.272.000,00	313.272.000,00	0
MARCOPOLO SA	88611835000129	311.345.428,69	311.345.428,69	0
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	03467321000199	310.994.000,00	310.994.000,00	0
SOL DO SERTAO OB III ENERGIA SOLAR LTDA.	31512705000111	267.740.000,00	267.740.000,00	0

## **ANEXO IV – Perguntas ao BNB, Basa e BNDES e respectivas respostas**

### **A IV.1 - BNB**

1. Qual o papel dos critérios ambientais, em particular no caso dos recursos do FNE, nas etapas da avaliação das demandas por financiamento, bem como na posterior verificação do uso desses recursos?

Resposta: A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste (<https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>) norteia toda a atuação do Banco, incluindo a concessão de financiamentos. Assim, a análise dos aspectos socioambientais nos processos de concessão de financiamentos à luz de critérios ambientais definidos é importante não somente para o atendimento da legislação socioambiental vigente nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), mas também para a redução do risco socioambiental das operações e para a promoção do desenvolvimento sustentável de nossa área de atuação.

2. Esses critérios consistem apenas em verificar se a operação pode causar efeitos negativos sobre o meio ambiente ou a possibilidade de gerar efeitos positivos também é levada em conta?

Resposta: A análise de critérios socioambientais consiste na verificação do atendimento de aspectos legais da legislação ambiental e social além de outros elementos qualitativos de acordo com características da proposta. Além disso, o Programa de financiamento FNE Verde (linha de crédito verde pioneira no Brasil, criada em 1996), bem como as linhas do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em especial suas “linhas verdes” (Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Floresta e Pronaf Semiárido) foram concebidos justamente para financiar, com condições diferenciadas, os empreendimentos capazes de gerar efeitos sociais, ambientais e climáticos positivos.

3. Existem atividades que não recebem recursos do BNB em razão dos seus efeitos ambientais negativos ou atividades cujas chances de recebimento de recursos aumentam em razão de potenciais efeitos positivos, como recuperação de áreas degradadas ou substituição de atividades poluidoras?

Resposta: Quando os critérios socioambientais para concessão de crédito não são atendidos ocorre o impedimento do financiamento, independente da atividade. Além disso, de acordo com a política de gerenciamento de riscos, são utilizados critérios socioambientais para avaliação das propostas. Assim, tais critérios impactam negativa ou positivamente em sua na nota de risco final, influenciando na decisão de concessão do crédito. Adicionalmente, nos casos em que há exigibilidade de apresentação de documentos ambientais, em geral o financiamento não é realizado enquanto o cliente

não atender aos aspectos legais da legislação ambiental. Há também restrições ambientais para setores ou tipos de atividades, a exemplo de transgênicos. O Programa de crédito FNE Verde, mencionado na questão anterior, é voltado para, dentre diversas outras possibilidades com adicionalidades ambientais, financiar a recuperação de áreas degradadas e a substituição de fontes energéticas poluidoras por sistemas geradores de energias renováveis. Esse programa apresenta condições mais vantajosas de taxas de juros e prazos, dependendo das atividades a serem financiadas. A existência desse Programa em si consiste em estímulo ao desenvolvimento de empreendimentos com características socioambientais positivas. As informações referentes a esse e todos os programas do FNE estão disponíveis no documento Programação FNE 2022, no link [www.bnb.gov.br/pt/fne](http://www.bnb.gov.br/pt/fne).

4. Está havendo avanço na utilização dos critérios ambientais no BNB? Quais dificuldades existem para que esses critérios sejam considerados? Há riscos de que recursos liberados para atividades não poluidoras sejam desviados para uso em atividades poluidoras?

Resposta: Sim. O Banco do Nordeste vem implementando desde 2015 sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que consiste em um conjunto de princípios, diretrizes e ações para sua efetividade. Essa Política norteia o desenvolvimento de todas as atividades da instituição e seu relacionamento com as partes interessadas (stakeholders), bem como permeia toda a estrutura organizacional do Banco e pode ser encontrada em nosso sítio eletrônico na Internet. No seguinte link: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.

Quanto às dificuldades existentes para que esses critérios sejam considerados: o Banco adota critérios objetivos para o cumprimento de sua PRSA, em conformidade com as legislações vigentes que tratam do tema. A abrangência do tema pode ser considerada como um desafio pois requer uma atualização constante dos critérios a serem considerados para mitigação de efeitos ambientais negativos.

Quanto aos riscos de que recursos liberados para atividades não poluidoras sejam desviados para uso em atividades poluidoras: o risco é remoto considerando que o Banco envia diligências para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos liberados, por meio de comprovação financeira e verificação in loco, consignando em laudo o resultado da vistoria. Na ocorrência de inaplicação ou desvio do crédito são adotadas as medidas cabíveis a exemplo do vencimento antecipado da operação em face de descumprimento contratual permeando compromissos assumidos quanto ao atendimento das legislações ambientais vigentes.

#### **A IV.2 - BASA**

1. Qual o papel dos critérios ambientais, em particular no caso dos recursos do FNO, nas etapas de avaliação das demandas por financiamento, bem como na posterior verificação do uso desses recursos?

Resposta: Para efeito de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Constitucional do Norte, serão priorizados os empreendimentos considerados de relevante interesse para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Região Norte. Isso significa que, mesmo propostas classificadas como economicamente viáveis, são reprovadas caso não promovam benefícios sociais ou ambientais.

2. Esses critérios consistem apenas em verificar se a operação pode causar efeitos negativos sobre o meio ambiente ou a possibilidade de gerar efeitos positivos também é levada em conta?

Resposta: As duas situações. Mais detalhes podem ser obtidos no Plano de Aplicação FNO 2022 (<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/plano-aplicacao-recursos-fno-2022/viewdocument/4685?Itemid=>).

3. Existem atividades que não recebem recursos do Basa em razão dos seus efeitos ambientais negativos ou atividades cujas chances de recebimento de recursos aumentam em razão de potenciais efeitos positivos, como recuperação de áreas degradadas ou substituição de atividades poluidoras?

Resposta: Sim. Podemos citar como exemplo os pedidos de financiamento que incluem práticas de desmatamento (derrubada, uso de correntão, queima, coivara, destoca, enleiramento e outras). Maiores detalhes, podem ser obtidos no Plano de Aplicação FNO 2022, página 28 (item 4.6.1 e outros mais).

4. Está havendo avanço na utilização dos critérios ambientais no Basa? Quais dificuldades existem para que esses critérios sejam considerados? Há riscos de que recursos liberados para atividades não poluidoras sejam desviados para uso em atividades poluidoras?

Resposta: Sim, com frequência relevante acerca da disponibilidade de novas tecnologias de monitoramento e sensoriamento de atividades. O Banco da Amazônia vem ampliando o escopo de verificações pré-contratação e de monitoramento pós-contratação dos critérios socioambientais. O principal desafio atualmente é a grande extensão geográfica que ocupa a Região Amazônica, rica em biodiversidade, reservas indígenas, unidades de conservação, cada uma com sua legislação específica e muitas vezes, divergentes entre estados e municípios. Por este motivo, o processo de concessão, análise e liberação contém camadas de verificação e de acompanhamento para atestar e garantir que os recursos estão sendo aplicados com responsabilidade e produzindo os efeitos esperados.

5. Os órgãos de controle e de fiscalização, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) fazem avaliação regular ou eventual da utilização de critérios ambientais na liberação das operações ou dos efeitos ambientais dos financiamentos concedidos?

Resposta: Sim. Podemos adicionar também o Banco Central do Brasil, com publicações disponíveis em seus respectivos sites. Podemos citar com exemplo, o Relatório de Avaliação do CMAP, 2020.

#### **A IV.3 - BNDES**

1. Qual o papel dos critérios ambientais nas etapas de avaliação das demandas por financiamento, bem como na posterior verificação do uso desses recursos?

Resposta: A concessão de apoio financeiro direto pelo BNDES é precedida de análise cadastral na qual são verificados apontamentos de cunho social e ambiental, contemplando consulta de áreas embargadas disponibilizada pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Destacamos que, caso o Cliente esteja relacionado na Lista de Trabalho Escravo do Ministério da Economia, é vedada a contratação com o Sistema BNDES. Ainda, caso o projeto seja instalado em área embargada pelo IBAMA, o apoio do BNDES não deverá ser concedido uma vez que a regularidade ambiental do projeto não poderá ser comprovada.

Outrossim, o BNDES também faz uma busca por ações judiciais ambientais, sociais e trabalhistas, bem como verifica TACs do Ministério Público firmados com os clientes.

Para as etapas de triagem, análise, contratação e acompanhamento das operações, o BNDES possui o Regulamento de Gestão Socioambiental de Operações, que descreve os procedimentos que devem ser adotados em cada momento do fluxo operacional. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/regulamento-socioambiental>

2. Esses critérios consistem apenas em verificar se a operação pode causar efeitos negativos sobre o meio ambiente ou a possibilidade de gerar efeitos positivos também é levada em conta?

Resposta: Além das operações, o BNDES também avalia se os seus instrumentos de apoio contribuem positivamente para os ODS e quais são os seus impactos socioambientais positivos e negativos.

3. Existem atividades que não recebem recursos do BNDES em razão dos seus efeitos ambientais negativos (favor citar norma, se for o caso) ou atividades cujas chances de recebimento de recursos aumentam em razão de potenciais efeitos positivos, como recuperação de áreas degradadas ou substituição de atividades poluidoras?

Resposta: O BNDES possui uma Lista de Exclusão e Apoio Condicionado. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>

Os instrumentos de apoio do banco que possuem mais externalidades sociais e ambientais positivas possuem melhores condições financeiras. Atualmente, os seguintes setores estão priorizados:

- Energia solar com geradores fotovoltaicos tipo A;
- Ampliação de banda larga em áreas remotas e/ou carentes dos serviços de telecomunicações e/ou com baixa viabilidade econômica; em políticas públicas para os setores de educação (conectividade das escolas) e saúde; em áreas de produção rural;
- Investimento social de empresas (ISE);
- Inovação;
- Meio ambiente: Investimentos na redução do uso de recursos naturais e materiais, Investimentos na Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade / Investimentos em Planejamento e Gestão / Investimentos em recuperação de passivos ambientais / Investimentos para redução do consumo de energia ou aumento da eficiência do sistema energético nacional / Investimentos em produtos ou processos que utilizem insumos provenientes de fontes renováveis como matérias primas, ou que possuam um menor impacto socioambiental / Investimento na aquisição de ônibus e caminhões elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica ou a gás natural ou biometano e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética e/ou redução de emissão de gases de efeito estufa;
- Segurança Pública;
- Saneamento (tratamento de resíduos sólidos, coleta e tratamento de esgoto);
- Qualificação profissional;
- Base Industrial de Defesa;
- Bioinsumos agropecuários.

Além desses setores, as MPMEs também possuem condições financeiras mais favoráveis nos instrumentos de apoio que as atendem.



4. Está havendo avanço na utilização dos critérios ambientais no BNDES?

Quais dificuldades existem para que esses critérios sejam considerados?

Há riscos de que recursos liberados para atividades não poluidoras sejam desviados para uso em atividades poluidoras?

Resposta: O BNDES está avançando nesta agenda e, como exemplo, podemos citar a revisão feita na Política Socioambiental Operacional e consequente divulgação do Regulamento de Gestão Socioambiental de Operações que modernizou os critérios e os processos do banco para gerir melhor o seu risco socioambiental na operação.

Além disso, o banco dispõe de uma Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), cuja última versão foi elaborada com consulta pública a partes interessadas em 2019. A PRSA do BNDES é executada por meio de Planos Plurianuais (Plano PRSA) que possibilitam ao banco avançar em várias frentes de atuação na agenda da sustentabilidade. O Plano da PRSA é aprovado pelo Conselho de Administração do BNDES e é monitorado pelo Comitê de Sustentabilidade, vinculado à Diretoria da instituição.

Destacamos também que, em 2021, o BNDES aprovou um Projeto Corporativo – BNDES ASG, que deu continuidade à execução da PRSA, inclusive aprovando um novo Plano de Ação para o ciclo 2022-2024.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/regulamento-socioambiental>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsa-e-sua-implementacao/plano-implementacao-prsa>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/compromisso/objetivo3-conteudo>

Outrossim, o BNDES possui controles internos que buscam evitar o desvio de recursos liberados de atividades não poluidoras para atividades poluidoras, visto que o Regulamento de Gestão Socioambiental de Operações estabelece os processos para a mitigação dos riscos socioambientais nas operações do banco.

Conforme descrito na página Etapas para tramitação de Operações Diretas e Indiretas, o Fluxo Operacional das operações diretas (que contratam diretamente com o BNDES, sem intermediação de agentes financeiros) segue as seguintes etapas: Habilitação, Análise/Validação, Contratação e Acompanhamento,

Por sua vez, as operações indiretas (operacionalizadas via agentes financeiros) são realizadas por meio de plataformas digitais, incluindo o Cartão BNDES, destinado a micro, pequenas e médias empresas e microempreendedores individuais. Em lugar de analisar e acompanhar operações individuais, o BNDES atua credenciando instituições financeiras para repasse de seus recursos. Estas instituições financeiras devem seguir normativos específicos do BNDES que preveem obrigações socioambientais para os agentes financeiros, em especial no que tange a verificação da regularidade dos clientes e dos empreendimentos apoiados. O cumprimento destas obrigações pelos agentes

financeiros é realizado por meio de ações de monitoramento de exigências específicas (não descumprimento de embargo ambiental e apresentação de licença ambiental, quando aplicável) e acompanhamento amostral, que complementam controles preventivos existentes em sistema, alertas informativos e impeditivos.

5. Os órgãos de controle e de fiscalização, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) fazem avaliação regular ou eventual da utilização de critérios ambientais na liberação das operações ou dos efeitos ambientais dos financiamentos concedidos?

Resposta: Em relação à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), não identificamos em nossos registros fiscalizações específicas sobre critérios ou efeitos ambientais das operações do BNDES. Contudo, eventualmente, as fiscalizações podem permear questões socioambientais para aprovação de operações e acompanhamento de obrigações contratuais socioambientais, ou ainda, trabalhos em matéria ambiental, tais como os recentes trabalhos realizados relacionados ao Fundo Amazônia pelo TCU:

a. Processo: 018.242/2017-0

Tipo do processo:  
SCN - SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL - Desde 06/07/2017

Assunto do processo:  
Ofício 502/2017, de 27/6/2017, Dep. Alceu Moreira, Presidente da CPI FUNAI-INCRA 2, encaminha Relatório Final da CPI, no qual foi incorporado o Requerimento s/n, de autoria do Dep. Nilson Leitão, solicitando ao TCU realização de auditoria e perícia no Fundo Amazônia.

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1824220170.PROC/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520>

b. Processo: 020.974/2019-1

Tipo do processo:  
SCN - SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL - Desde 12/07/2019

Assunto do processo:  
OF. nº 74-2019-CTFC, de 9-7-2019. Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, encaminha Cópia do Requerimento nº 39, de 2019, de autoria do Senador Marcio Brittar, solicitando "auditoria no Fundo Amazônia, especialmente, nos contratos de repasse, investigando o objeto dos programas aprovados, a utilização dos recursos disponibilizados, a efetividade dos programas desenvolvidos, a correlação com os objetivos do fundo, a origem dos recursos aportados no referido fundo, o real objetivo dos doadores e a legalidade dos atos normativos de constituição, funcionamento e operação."

[https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?tkn=v1\\_33F9A621480B502E662093C4FCC4C1875A5604543699E8B16448245FB83D2371AD23949A7E2915278BF6C5B436E9D83C523DD56E049F3C4D2FB3C76E0DD25ACD1F9136E800DE0FF2898E350](https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?tkn=v1_33F9A621480B502E662093C4FCC4C1875A5604543699E8B16448245FB83D2371AD23949A7E2915278BF6C5B436E9D83C523DD56E049F3C4D2FB3C76E0DD25ACD1F9136E800DE0FF2898E350)

[F6B83E2EB00388C70AD31685F273592DB04358197143DED1F8539A0F00C4524749A83C278C9BFA693C273CB8596519B38D095B9441B62B074C678DE5DE477A05A6E98859F&p1=20974&p2=2019&p3=1](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Listas/Normativos/Attachments/48734/Res_4327_v1_O.pdf)

Por fim, esclarecemos que o BNDES submete-se ainda à supervisão do Banco Central do Brasil, cujos trabalhos podem estar relacionados às disposições dos seguintes normativos, relacionados ao tema:

i) Resolução CMN nº 4.327/2014, que trata das diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Listas/Normativos/Attachments/48734/Res\\_4327\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Listas/Normativos/Attachments/48734/Res_4327_v1_O.pdf)

ii) Resolução BCB nº 139/2021 (Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=139>

iii) Resolução CMN nº 4.945/2021 (Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade) <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4945>

iv) da Resolução CMN nº 4.943/2021 (Altera a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações). Inclui os riscos ambiental, social e climático. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4943>